



DEFICIÊNCIA: PROJETO PRAIA SEM BARREIRAS DE PORTO DE GALINHAS – IPOJUCA/PE

SOUZA, Luana Karoline de¹
SIMONETTO, Leidy Carla Bernardi M.²
VENTURIN, Maria Débora Damaceno de Lacerda³
AMARAL, Edina⁴

RESUMO

A deficiência é um constructo social, diante de todas as barreiras arquitetônicas sendo sanadas é possível identificar a diminuição das barreiras atitudinais. Dentro deste contexto, a definição de um conceito de deficiência se faz necessário para se correlacionar as barreiras existentes em nossa sociedade. No âmbito da convivência social como as barreiras atitudinais aparecem e como ela é construída. A presença da eliminação de barreiras arquitetônicas deveria ser um reforçador para a desmistificação da visão de compaixão por parte da família, escola, ambientes de convivência social do deficiente. No ambiente de lazer as políticas públicas desenvolvidas pelo projeto Praia sem Barreiras de Porto de Galinhas – Ipojuca PE, foi objeto de estudo por meio de observação. Tal observação leva a compreender que ainda temos muito a evoluir enquanto sociedade para que diante de barreiras arquitetônicas eliminadas as atitudinais possam ser também minimizadas.

PALAVRAS-CHAVE: deficiência, barreiras arquitetônicas, barreiras atitudinais

INTRODUÇÃO

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando material de fonte primária e secundária. Utilizando artigos e para a seleção dos mesmos os seguintes critérios: artigos que tratam de deficiência na sua conceituação, considerando o ambiente onde o deficiente está inserido no tocante a lazer e as barreiras existentes, as

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. Terceiro período matutino E-mail: luanakarolines@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. Terceiro período matutino E-mail: carlasimonetto@bol.com.br

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAG. Terceiro período matutino E-mail: mdventurin@gmail.com

⁴ Especialista em professora da disciplina de Pessoas com Deficiência do Centro Universitário FAG. E-mail: edinamaral@gmail.com.

palavras utilizadas para pesquisa foram deficiência, barreiras arquitetônicas e barreiras atitudinais.

Com base em afirmações a respeito do assunto, fazendo uma análise crítica, nos aspectos considerados importantes para abordagem da deficiência e as barreiras existentes.

Definida a primeira hipótese diante de todas as barreiras físicas sendo sanadas é possível identificar a diminuição das barreiras atitudinais. Os dados qualitativos foram analisados por meio de observação com relação aos deficientes em Porto de Galinhas–Ipojuca PE e o projeto Praia sem Barreiras dados levantados relevantes para a sugestão de elaboração de estratégias para diminuição de barreiras atitudinais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pessoa com deficiência

Na busca do entendimento do conceito sobre “Deficiência”, nos deparamos com vários significados relacionados a esse tema. Perante pesquisas pode se constatar que este conceito foi construído socialmente ao longo da história da humanidade, sendo possível analisar que algumas diferenças presentes entre os seres humanos foram sendo observadas e classificadas (GAIO, 2006).

A diversidade manifesta-se, por exemplo, na distinção entre homens e mulheres, nas etapas do ciclo da vida e na própria fragilidade humana, fatores que podem determinar limitação no desempenho de algumas atividades (MAIOR, 2019, pg.01).

Ao longo da história, as pessoas com deficiência, divergindo das consideradas típicas, foram sendo eliminadas, excluídas, segregadas, separadas da população, passaram também por uma fase de integração onde se buscava

“consertar” sua condição, foram considerados diferentes pelos típicos, porém superaram esses obstáculos, obtendo seus direitos (GAIO, 2006).

Com relação à terminologia, também ocorreram importantes mudanças, foram denominados inválidos, incapazes, defeituosos, deficientes, excepcionais, portadores de deficiência, com necessidades especiais, até a atualidade onde conquistaram perante suas lutas em eventos mundiais a terminologia de pessoas com deficiência que além da nomenclatura agrega um empoderamento das pessoas com deficiência, utilizam-se do seu poder pessoas para fazer suas escolhas, tomar suas decisões e assumir o controle das suas situações, além de assumirem a responsabilidade de contribuírem com seus talentos para mudarem a sociedade buscando a inclusão de todas as pessoas (SASSAKI, 2019).

Segundo Roberts (1996, *apud* GAIA 2006), a relação dos termos deficiência e eficiência também tem ligação aos interesses de uma sociedade capitalista produtiva que visa culturalmente indivíduos com desempenho produtivo, eficiente e não indivíduos com deficiência, ou seja, não produtivos, ineficientes.

Normal é a pessoa que se utiliza de todos os seus sentidos e de seu corpo de forma eficiente. Deficiente é a pessoa que não se utiliza de um ou mais sentidos, que tenha limitações motoras ou mentais, que tenha um corpo anormal. (ROBERTES, 1996, p.25 *apud* GAIO, 2006).

Nesse contexto, Gaio (2006) complementa que a deficiência vista como uma limitação, que impede a pessoa de ser produtiva, de atender a expectativas de funções, eficiências, de uma sociedade que não oferece acesso desses indivíduos a educação, à saúde, à moradia dentre outros; ou seja, nos queremos que as pessoas com deficiência sejam produtivas, eficientes, mas não oferecemos maneiras para que eles possam com suas particularidades realizar tais ações.

A deficiência é um conceito em evolução, de caráter multidimensional e o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária depende de a sociedade assumir sua responsabilidade no processo de inclusão, visto que a deficiência é uma construção social. Esse novo conceito não se limita ao atributo biológico, pois se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade e de tecnologia assistida (MAIOR, 2019, pg. 02).

A Organização das Nações Unidas (2010), propôs um novo conceito de deficiência, derivado de discussões internacionais diante sobre o modelo biomédico e social da deficiência, onde as pessoas com deficiência, sendo aquelas pessoas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, levando em consideração a sua interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com os demais.

Em suma, não são as limitações, sensoriais intelectuais ou físicas, que impedem essas pessoas de participarem efetivamente da sociedade, mas sim, as barreiras atitudinais, arquitetônicas que podem impedir essa participação (MAIOR, 2019).

Barreiras Arquitetônicas

O conceito de acessibilidade está presente em nossa legislação, referindo-se condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas de comunicação e informação (BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

Segundo a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 1994), “acessibilidade” é definida como uma condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização dos espaços citados. Para ser acessível, o espaço deve permitir o uso e vivência por qualquer pessoa, inclusive para aquelas com mobilidade reduzida.

A NBR 9050/2004 conceitua, ainda, as barreiras arquitetônica, urbanística ou ambiental, que dizem respeito a qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço.

Segundo Resende e Neri (2005, *apud* COSENZA E RESENDE, 2006), as barreiras são práticas discriminativas, expressas na ausência de políticas igualitárias, as quais podem agravar ainda mais uma deficiência. A não acessibilidade limita o direito social de ir e vir, promovendo o estereótipo de deficiência como um problema.

Muitos brasileiros apresentam restrições em relação a sua mobilidade e independência. Segundo o Censo 2010, cerca de 24% da população brasileira declararam ter algum tipo de deficiência, tendo esses, graus de dificuldade em visão, audição, locomoção ou mesmo doenças cognitivas.

De acordo com Cosenza e Resende (2006), as necessidades das pessoas com deficiência só serão atendidas quando este tema for encarado como uma prioridade. O exercício da cidadania das pessoas com deficiência depende de algumas situações, que precisa ser planejada e administrada com a percepção que promova a inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, Pagliuca et. al (2006) nos diz que, cabe a administração dos espaços, estarem atenta as legislações e cumpri-las. Devem ser propostos uma tomada de consciência a respeito do ambiente acessível, pois além das barreiras arquitetônicas, essas mudanças dependem ainda da atitude inclusiva.

Barreiras Atitudinais

De acordo com Souza (2008), as pessoas com deficiência enfrentam a confusão entre o que realmente são e o que o restante das pessoas, que as caracterizam apenas pela sua deficiência. Essa confusão promove a visão social de que deficiência é sinônimo de doença.

Para Vivarta (2003, *apud* CARVALHO-FREITAS, 2012), as barreiras atitudinais referem-se aos valores e concepções sobre a pessoa com deficiência. Já para Cesar (2010, *apud* PONTE E SILVA 2015) as barreiras são responsáveis por

dificultara inclusão social, englobando a discriminação, promovendo estigmas e estereótipos, levando assim, aos preconceitos, que são empecilhos para o exercício da cidadania.

Segundo Ponte e Silva (2015), as pessoas com deficiência atribuem as concepções preconceituosas a falta de informação da sociedade em geral. Souza (2008) enfatiza que nem sempre as barreiras atitudinais são intencionais ou percebidas. Estas barreiras se materializam nas ações e atitudes da sociedade, sendo assim mais difíceis de serem identificadas.

No que diz respeito a isso, Ponte e Silva (2015), declara que as barreiras atitudinais aparecem a medida em que a sociedade se modifica, desta maneira, apenas quando a sociedade se adaptar a um novo conceito social, onde prevalece o direito e deveres de todos, incluindo pessoas com e sem deficiência, a inclusão poderá ser considerada satisfatória.

Emmel et. al(2010), enfatiza a idéia de os espaços serem acessíveis para todos, buscando minimizar as barreiras existentes, propiciando assim, a inclusão social plena. De acordo com Nonato (2011), a eliminação dessas barreiras é um objetivo a ser perseguido, mas ainda é preciso criar uma cultura inclusiva, para isso, portanto, é necessário transformar os cidadãos.

Para Souza (2008), a identificação das barreiras atitudinais poderá contribuir para sua eliminação. Nesse contexto, cada um de nós devemos identificar as barreiras que nutrimos e buscar minimizá-las.

Segundo Nonato (2011), a acessibilidade constitui um caminho para a inclusão social. Para isso, devemos entender que sua condição é uma questão social, reunindo esforços governamentais e, também, compreendendo que a sociedade quem criou o estigma de doença e incapacidade que exclui a pessoa com deficiência até hoje.

Projeto Praia sem Barreiras

Inaugurado em março de 2013 o projeto Praias sem Barreiras integra uma ação do programa de Turismo Acessível (EMPETUR) com objetivo de através da

equiparação de oportunidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida além dos típicos o acesso ao lazer. Sendo a gestão do projeto realizada pela prefeitura com Universidades no tocante a infraestrutura e os monitores acadêmicos do curso de Educação Física (PREFEITURA DE RECIFE, 2019)

Em Ipojuca o programa completou três anos em dez de maio de 2016, com eventos relacionados ao banho de mar, na Praça das Piscinas Naturais de Porto de Galinhas (PREFEITURA DO IPOJUCA, 2016).

O projeto leva lazer para pessoas com deficiência em Porto de Galinhas, que serve como cenário para um dos mais importantes projetos de acessibilidade, as cadeiras de rodas são adaptadas para o banho de mar, as jangadas são especialmente preparadas para receber pessoas com deficiência ou dificuldade de mobilidade, tem um grupo de monitores treinados para receber os banhistas e ficam a disposição para fornecer apoio. O projeto funciona até às 12h30, em função da maré baixa (PREFEITURA DO IPOJUCA, 2019).

Segundo a Prefeitura do Ipojuca (2019) as ações de acesso à praia com banho de mar assistido, passeio de jangada e o mergulho adaptado e uma iniciativa que faz parte do programa “Turismo Acessível”, do Governo de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Turismo e Cultura do Ipojuca e da ONG Rodas da Liberdade.

O Projeto Praias Sem Barreiras visa desenvolver ações que desenvolvam o turismo inclusivo no litoral do Município de Ipojuca. Além de planejar e executar as ações do referido projeto, identificar pessoas com deficiências e com interesses em atividades turísticas adaptadas, estimular e dinamizar processos de capacitação, desenvolver a prática de ações altruísticas, contribuindo na formação moral e ética dos participantes, despertar junto às instituições públicas e privadas a necessidade de contribuir para a valorização das pessoas com deficiências, tornar o litoral de Porto de Galinhas como referência Nacional no desporto aquático adaptado, contribuir ao desenvolvimento do turismo acessível e adaptado para todos, inseridos no roteiro turístico de Pernambuco (RODAS DA LIBERDADE, 2013, *apud* DIAS, 2013, p.59).

Segundo Dias (2013, p.78) “as expectativas dos envolvidos nas ações do Praia Sem Barreiras, com relação à continuidade do projeto, as perspectivas foram positivas e já possuem um plano de ações em desenvolvimento para tal”. De acordo com o secretário de Turismo do Ipojuca, Mário Pilar (PONTO DE VISTA, 2019) a praia de Porto de Galinhas recebe cerca de 2 mil pessoas com deficiência por ano, levando a praia a ser considerada a mais bonita do Brasil e o destino turístico mais acessível do país (FIGURA 1- ANEXO A, p.12).

RESULTADOS

Em Porto de Galinhas - Ipojuca o programa Praia sem Barreiras completou 6 anos em dez de maio de 2019, porém cabe salientar que o mesmo ficou parado por algum tempo, retornando este ano com muito empenho e solicitação da sociedade, continua com eventos relacionados ao banho de mar, saindo da praia de Porto de Galinhas para o passeio nas piscinas naturais e banho de mar assistido (FIGURA 2- ANEXO A, p. 12).

A estrutura de recepção dos banhistas conta com rampas de acesso e tapete de praia, cadeiras anfíbias e barracas de suporte com bandeiras e identificação do projeto, todos os acadêmicos e voluntários estão devidamente uniformizados e com equipamento de segurança e para registro do projeto (câmeras fotográficas, máscaras, jangadas).

O passeio dura em torno de uma hora e meia, entre o receptivo na barraca principal, a colocação na cadeira e o deslocamento até a jangada e os passeios nas piscinas naturais em função da maré o projeto tende a acontecer nos horários da manhã até por volta de 12h30.

No dia 04 de maio de 2019 ao desenvolver a observação o projeto ocorreu das 9h até às 11h40 em função da tábua das marés, por todo esse período apenas uma pessoa cadeirante foi atendida, no caso uma turista, na barraca tinham dez pessoas entre acadêmicos e voluntários que se dividiam entre o atendimento na barraca e no mar (FIGURA 3- ANEXO B, p. 13).

Os demais transeuntes não respeitam o espaço, passam por cima do tapete do receptivo limpando os pés de areia, o que é um contrassenso visto que ele existe para evitar que a cadeira de rodas afunde na areia e as pessoas passam deixando areia nele (FIGURA 4- ANEXO B, p. 13).

Muitos dos que trabalham em volta nem sabem que o projeto existe, se percebe tal atitude pelo não valorizar o espaço destinado a ele, bem como, as rampas de acesso são bem localizadas e conta com piso tátil para deficientes visuais, mas não foi constatado o seu uso, somente para transeuntes, porém cabe salientar que todo o acesso até o ponto de entrada não conta com os atributos de acessibilidade (FIGURA 5 e 6 ANEXO C, p.14).

Diante do que foi observado se constatou que as barreiras arquitetônicas não foram totalmente sanadas, conforme se apresentação na divulgação do projeto, portanto isso influencia de forma singular no comportamento das pessoas, que não respeitam o espaço e o trabalho desenvolvido pela equipe, apesar de aparentar que a maioria tem conhecimento da existência do projeto, não significa que apenas a instalação do projeto serviria como o suficiente para mudar as barreiras atitudinais.

O referido projeto foi elaborado em seu primórdio por um suíço chamado na praia apenas de Michael, que indiferente de governo, sendo cadeirante quis fazer a diferença não só para si, mas também para a comunidade local e turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência é construída de acordo com a visão de cada cultura, levando a limitações no viver em sociedade, ao se definir o conceito de deficiência não abordando apenas o corpo lesionado mas todas as definições que vão além do corpo incapacitado para impossibilitado para aquilo que a sociedade não evoluiu com barreiras que tornam mais difíceis a vida em sociedade.

Com o projeto praia sem Barreiras de Porto de Galinhas – Ipojuca PE se identifica a eliminação de algumas das barreiras arquitetônicas, mas diante delas na observação se percebe que continuam as limitações das barreiras atitudinais, o olhar de surpresa, o estacionar na vaga de deficiente, o não dar espaço para quem

vem a praia com deficiência, o uso do tapete para limpar os pés de areia, não facilitando o deslocamento tanto na via como na praia.

Fica claro que a desmistificação não é causada somente pela eliminação das barreiras físicas, elas sim são um reconhecimento da necessidade de perceber que não cabe a pessoa com deficiência, mas sim a sociedade agir para a integração.

Porém, mesmo assim é de fundamental importância à educação para a convivência em sociedade indiferente de ser uma pessoa com deficiência ou não, o respeito pelas regras e pela dignidade humana, no entender que vivemos em comunidade e como tal somos todos formadores da cultura que nos rodeia.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível: https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso: 30/04/2019

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Presidência da República do Brasil, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm acesso: em 07/05/2019

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

DE CARVALHO-FREITAS, M. N. Validação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICDST). Psico-USF. Volume 17, nº1, abril, 2012, pp. 33-42 Universidade São Francisco São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4010/401036088005.pdf> Acesso: 08/05/2019

DIAS,P.O.de O, AÇÕES INCLUSIVAS EM ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO: ANÁLISE DO PROJETO PRAIA SEM BARREIRAS – IPOJUCA/PE Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte Centro De Ciências Sociais Aplicadas Departamento De Turismo Curso De Turismo 2013.

EMMEL, M. L. G; GOMES, G.; BAUB, J. P. Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira. Revista Brasileira de Ciências e Saúde. Volume 14, nº 1. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/3698> Acesso: 08/05/2019

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente:** histórias de vida. São Paulo: Fontoura, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores populacionais.** Rio de Janeiro: IBGE; 2010. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso: em 07/05/2019

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência.** Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoyo/Texto1.pdf> Acesso: 19/04/2019.

NONATO, D. N. Acessibilidade Arquitetônica Como Direito Humano Das Pessoas Com Deficiência. Orbis: Revista Científica. Volume 2, nº 2. 2011. Disponível em: <http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/view/63> Acesso: 08/05/2019

PAGLIUCA, L. M. F; ARAGÃO, A. E. A; ALMEIDA, P. C. **Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará.** 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/06> Acesso em 07/05/2019

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdetterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851> Acesso: 08/05/2019

Praia Sem Barreira completa três anos de pleno funcionamento Disponível: <http://www.ipojuca.pe.gov.br/noticias/2660/praiasembarreira-completa-tres-anos-de-pleno-funcionamento/> Acesso: 07/04/2019

PREFEITURA DE RECIFE. PRAIA SEM BARREIRAS. Disponível : <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/praiasembarreira> Acesso em : 08/04/2019

PREFEITURA DO IPOJUCA FAZ ABERTURA DO “PRAIA SEM BARREIRAS”2019.
Disponível :<https://blogpontodevista.com/prefeitura-do-ipojuca-faz-abertura-do-praia-sem-barreiras-2019/> Acesso: 08/04/2019

PROJETO PRAIA SEM BARREIRAS LEVA LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTO DE GALINHAS [Turismo 03/04/2019](#) Disponível:
<https://www.ipajuca.pe.gov.br/mobile/noticias/4102/projeto-praia-sem-barreiras-leva-lazer-para-pessoas-com-deficiencia-em-porto-de-galinhas/> Acesso: 07/04/2019

RESENDE, M. C.; NERI, A. L. Atitudes de adultos com deficiência física frente ao idoso, à velhice pessoal e pessoas com deficiência física. *Estudos de Psicologia, Campinas*, v. 22, n. 2, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.**
Disponível:
https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NAERA_DA.pdf?1473203540. Acesso: 19/04/2019

SOUZA, O. S. H. *Itinerários da Inclusão Escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas*. Canos: Ed. ULBRA; Porto Alegre: AGE, 2008.

ANEXO A– FIGURA 1



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO A– FIGURA 2



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO B– FIGURA 3

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO B – FIGURA 4



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO C– FIGURA 5



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO C– FIGURA 6



Saberes Docentes, Diversidade e Inclusão na Escola, Práticas Pedagógicas Inovadoras e Gestão Educacional

2º Congresso Internacional de Educação
7º Congresso de Educação da FAG

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X



Fonte: acervo particular (2019)

ANEXO D – TERMO CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO



**CENTRO
UNIVERSITÁRIO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: Deficiência: Projeto Praia sem Barreiras de Porto de Galinhas – Ipojuca/PE.

Em virtude de estarmos verificando através de uma pesquisa científica quais são as impressões que pessoas leigas têm da Psicologia, coordenada pela Professora Edina Amaral (CRP08/19427) e contará ainda com Leidy Carla B. M. Simonetto (acadêmica de Psicologia), Luana Karoline De Souza (acadêmica de Psicologia) e Maria Débora Damaceno de Lacerda Venturin (acadêmica de Psicologia) e a sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento.

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X

Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador ou com o Centro Universitário FAG.

Os objetivos desta pesquisa são: verificar através de uma pesquisa científica quais são as impressões que pessoas têm em viver em um lugar que eliminou as barreiras arquitetônicas, buscando ser referência no atendimento Turístico de pessoa com deficiência. Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: observação ou entrevista individual registrada por escrito. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 15 a 30 minutos.

Os riscos relacionados com sua participação são ansiedade e constrangimento e serão minimizados pelos seguintes procedimentos: a utilização dos dados acontecerá apenas em contexto acadêmico, não havendo divulgação pública dos dados e imagens. Os benefícios relacionados com a sua participação serão a sua contribuição para a construção do conhecimento científico.

Centro Universitário FAG | Phone +55 (45) 3321-3900 | Avenida das Torres, 500 | Bairro FAG | Cascavel | Paraná

www.fag.edu.br

Os resultados desta pesquisa não poderão ser apresentados em seminários e similares. Somente para fim acadêmico de âmbito interno da Instituição. Para tanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. Não está previsto indenização por sua participação, mas se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, e também o direito de buscar indenização. Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X

pedir indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo. Da mesma forma, não está previsto qualquer custo para a sua participação na pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, se você aceitar em participar deste estudo, assine o consentimento de participação, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Profª Edina Amaral (CRP 08/19427)

Endereço: Avenida das Torres, 500. Loteamento FAG. Cascavel – PR CEP 85806-095 Telefone (45) 3321-3900.

Assinatura _____



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X

da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: _____

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500– Bloco 4 – Bairro FAG

Cascavel-Paraná CEP: 85806-095

Tel.: (45) 3321-3791

Coordenadora: Profª. Thayse Dal Molin Alérico



Assinatura Marcela Conforti

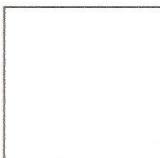
CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu Marcela Conforti, abaixo

assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Marcela Conforti

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: (31) 98571-0006

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500 – Bloco 4 – Bairro FAG
Cascavel-Paraná CEP: 85806-095
Tel.: (45) 3321-3791
Coordenadora: Prof. Thayse Dal Molin Alérico
E-mail: comiteeetica@fag.edu.br



Saberes Docentes, Diversidade e
Inclusão na Escola, Práticas Pedagógicas
Inovadoras e Gestão Educacional

2º Congresso Internacional de Educação
7º Congresso de Educação da FAG



13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X



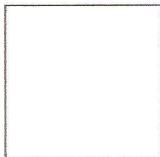
Assinatura Robert Antony da Luz Nunes

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu Robert Antony da Luz Nunes, abaixo
assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e
declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os
procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e
aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da
pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Robert Antony da Luz Nunes

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: 8184.072028

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de
Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um
grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante
de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi
planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa
não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo
prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com
o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500 – Bloco 4 – Bairro FAG
Cascavel-Paraná CEP: 85806-095
Tel.: (45) 3321-3791
Coordenadora: Profª. Thayse Dal Molin Alérico
E-mail: comitedeetica@fag.edu.br



Saberes Docentes, Diversidade e
Inclusão na Escola, Práticas Pedagógicas
Inovadoras e Gestão Educacional

2º Congresso Internacional de Educação
7º Congresso de Educação da FAG

13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X



Assinatura Renê da Silveira

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu Renê da Silveira, abaixo

assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Renê da Silveira

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: 81 9123 7640

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500 – Bloco 4 – Bairro FAG
Cascavel-Paraná CEP: 85806-095
Tel.: (45) 3321-3791
Coordenadora: Prof. Thayse Dal Molin Alérico
E-mail: comitedeetica@fqg.edu.br



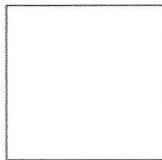
Assinatura Alexandre José dos Reis

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu Alexandre José dos Reis, abaixo
assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e
declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os
procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e
aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da
pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Alexandre José dos Reis

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: 98322.4941

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500 – Bloco 4 – Bairro FAG
Cascavel-Paraná CEP: 85806-095
Tel.: (45) 3321-3791
Coordenadora: Profª. Thayse Dal Molin Alérico
E-mail: comitedeetica@fag.edu.br



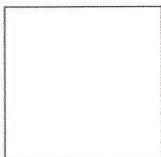
Assinatura José Nilton da Silva

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu José Nilton da Silva, abaixo
assinado, concordo em participar do presente estudo como participante e
declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os
procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios da mesma e
aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da
pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

José Nilton da Silva

Assinatura do participante ou Responsável legal



Impressão dactiloscópica

Telefone do participante para contato: (45) 45.52.62

Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). Este Comitê é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Assis Gurgacz (CEP-FAG).

Avenida das Torres 500 – Bloco 4 – Bairro FAG
Cascavel-Paraná CEP: 85806-095
Tel.: (45) 3321-3791
Coordenadora: Prof. Thayse Dal Molin Alérico
E-mail: comitedeetica@fqg.edu.br



Saberes Docentes, Diversidade e
Inclusão na Escola, Práticas Pedagógicas
Inovadoras e Gestão Educacional

2º Congresso Internacional de Educação
7º Congresso de Educação da FAG



13 a 17 de Maio de 2019 - ISSN 2318-759X